

I – TEORIA GERAL DO ESTADO 15

- 1. Estado 16
- 2. Elementos do Estado 16
 - 2.1 População 17
 - 2.1.1 Nação 17
 - 2.1.2 Sistemas de aquisição da nacionalidade 18
 - 2.1.2.1 Modo originário 18
 - 2.1.2.2 Modo adquirido 18
 - 2.1.3 Sistema brasileiro de aquisição da nacionalidade
 - 2.1.3.1 Modo originário 19
 - 2.1.3.2 Modo adquirido 19
 - 2.1.3.3 Perda da nacionalidade brasileira 20
 - 2.1.3.4 Reaquisição da nacionalidade brasileira 21
 - 2.2 Território 21
 - 2.2.1 Limite do subsolo 21
 - 2.2.2 Limite do espaço aéreo 21
 - 2.2.3 Limite do mar territorial 22
 - 2.2.4 Linha e faixa de fronteira 22
 - 2.2.5 O território é elemento essencial do Estado? 23
 - 2.2.6 Territorialidade e extraterritorialidade 23
 - 2.3 Ordenamento jurídico 24
 - 2.3.1 Direito Positivo, Direito Objetivo e Direito Subjetivo 24
 - 2.3.2 A hierarquia das leis 25
 - 2.4 Poder 25
 - 2.5 Bem comum 26
- 3. Formas de Estado 28
- 4. Formas de governo 29
 - 4.1 As diversas classificações das formas de governo 30
 - 4.2 A classificação de Maquiavel 31
 - 4.3 A monarquia 31
 - 4.4 A república 32
- 5. Sistemas de governo: presidencialista, parlamentarista e diretorial 32
- 6. Regimes políticos 33
 - 6.1 O totalitarismo 33
 - 6.2 Democracia 34
 - 6.2.1 Democracia direta 34
 - 6.2.2 Democracia representativa ou indireta 34
 - 6.2.3 Democracia semidireta ou participativa 35
 - 6.2.3.1 Institutos da democracia semidireta 35

II – A CONSTITUIÇÃO E AS LEIS

- 1. Constituição
 - 1.1 Conceito de Constituição 37
 - 1.2 Matéria constitucional 38
 - 1.3 Classificação das Constituições 38

- 1.3.1 Cláusulas pétreas 39
- 1.4 O Poder Constituinte 40
- 1.5 A Constituição e as leis anteriores, desconstitucionalização, recepção, reconstituição 40
- 1.6 Aplicabilidade das normas constitucionais 41
- 1.7 Princípios e regras constitucionais: a classificação de Robert Alexy e o embate de normas jurídicas penais 41
- 1.8 O princípio da proporcionalidade 43
- 1.9 Interpretação da Constituição 44
- 1.10 Interpretação das leis conforme a Constituição 44
- 2. Leis
 - 2.1 Hierarquia das leis 45
 - 2.1.1 Constituição 46
 - 2.1.2 Emendas à Constituição 47
 - 2.1.2.1 As emendas de revisão 48
 - 2.1.3 Leis complementares 48
 - 2.1.4 Leis ordinárias – Processo Legislativo 49
 - 2.1.5 Leis delegadas 51
 - 2.1.6 Decretos legislativos 51
 - 2.1.7 Resoluções 51
 - 2.1.8 Medidas provisórias 51
 - 2.1.9 Tratados e convenções internacionais 53
 - 2.1.10 Decretos-leis 54
 - 2.1.11 Decretos de exceção 54
 - 2.2 Revogação da lei 54
 - 2.3 Suspensão da lei 55
 - 2.4 Atos administrativos normativos .. 55
 - 2.5 Controle da constitucionalidade das leis 56
 - 2.5.1 Ação direta de inconstitucionalidade 56
 - 2.5.2 Ação de inconstitucionalidade por omissão 57
 - 2.5.3 Ação declaratória de constitucionalidade 58
 - 2.5.4 Arguição de descumprimento de preceito fundamental constitucional 58

III – CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS 61

- 1. Constituição do Império do Brasil, de 25 de março de 1824 61
- 2. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891 62
- 3. Constituição de 16 de julho de 1934 62
- 4. Constituição de 10 de novembro de 1937 63
- 5. Constituição de 18 de setembro de 1946 63
- 6. Constituição de 24 de janeiro de 1967, com a Emenda 1, de 17 de outubro de 1969. Os atos institucionais 63
- 7. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988 . 65

IV – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

- 1. Fundamentos da República 67
- 2. Origem do poder 68
- 3. Poderes da União 68
- 4. Objetivos fundamentais 68
- 5. Relações internacionais 68

6. Asilo político 69

V – DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

1. Quais são os direitos e garantias fundamentais 71
2. Classificação dos direitos e garantias fundamentais 71

VI – DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

1. Noção 73
2. Quadro geral dos direitos e garantias individuais
 - 2.1 São livres 74
 - 2.2 São invioláveis 74
 - 2.3 São assegurados 74
3. Igualdade 75
 - 3.1 Igualdade geral 76
 - 3.2 Igualdade entre o homem e a mulher 76
 - 3.3 Igualdade entre brasileiros 76
 - 3.4 Igualdade jurisdicional 76
 - 3.5 Igualdade tributária 77
 - 3.6 Igualdade penal 77
 - 3.7 Igualdade trabalhista 77
 - 3.8 Igualdade etária 77
 - 3.9 Igualdade em concursos públicos 77
 - 3.10 Igualdade e razoabilidade 78
4. Liberdade de ação 78
5. Proibição da tortura 79
6. Inafastabilidade da jurisdição 79
7. Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada 80
8. Júri. Tribunal popular 80
9. Anterioridade e legalidade 81
10. “Habeas corpus”. Liberdade de ir e vir 82
11. Mandado de segurança 82
12. Mandado de injunção 83
13. Ação popular 83
14. “Habeas data” 84
15. Extradicação 84
16. Direitos individuais implícitos 86

VII – DIREITOS SOCIAIS 87

1. Crianças e adolescentes 87
2. Cultura 88
3. Pessoas portadoras de deficiência 88
4. Direitos trabalhistas 89
5. Educação 89
6. Esporte 90
7. Idosos 90
8. Lazer 90
9. Meio ambiente 91
10. Segurança pública 92

11. Seguridade social 92

VIII – ORDEM SOCIAL 95

1. Ciência e tecnologia 95
2. Comunicação social 96
3. Família 96
4. Índios 98

IX – NACIONALIDADE 99

X – DIREITOS POLÍTICOS 101

1. Eleição, sufrágio, voto e escrutínio 101
2. Eleições, plebiscito, referendo e iniciativa popular 102
 - 2.1 Obrigatoriedade do voto 102
 - 2.2 Não podem votar 103
 - 2.3 Condições de elegibilidade 103
 - 2.4 Podem se reeleger 103
3. Inelegibilidade 103
4. Perda ou suspensão de direitos políticos 104

XI – PARTIDOS POLÍTICOS 105

XII – ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

1. Organização político-administrativa 107
2. A União 107
3. Os Estados 108
4. O Distrito Federal 108
5. Os Municípios 109
6. Os Territórios Federais 109
7. Competência comum, competência concorrente e competência suplementar 110
8. Intervenção federal 110
 - 8.1 Modos de iniciativa da intervenção federal 111
9. Intervenção estadual 112

XIII – ORGANIZAÇÃO DOS PODERES: LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO

PARTE I – Considerações gerais. A tripartição do Poder 113

PARTE II – Poder Legislativo

1. O Poder Legislativo 114
2. O Congresso Nacional 114
3. A Câmara dos Deputados 114
4. O Senado Federal 115
5. Formas de atuação da Câmara e do Senado 115
 - 5.1 Em coordenação 115
 - 5.2 Em separado 115
 - 5.3 Em sessão conjunta 115
 - 5.4 De forma unicameral 116
6. Competências exclusivas e não-exclusivas do Congresso Nacional 117
7. Os vários presidentes do Legislativo Federal 117

8. Mesas Diretoras da Câmara ou do Senado ..	117
9. Comissões Parlamentares	117
9.1 Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs)	118
9.1.1 A CPI e os direitos e garantias individuais	119
9.1.2 A CPI e o sigilo bancário	119
10. Estatuto dos membros do Legislativo	120
10.1 Condições de elegibilidade	120
10.2 Imunidades	120
10.3 Prerrogativa de foro	120
10.4 Isenção de testemunho	121
10.5 Isenção do serviço militar	121
10.6 Impedimentos	121
10.7 Perda do mandato	122
10.8 Fidelidade partidária	122
11. Vocabulário parlamentar	
11.1 Crimes de responsabilidade	122
11.2 “Impeachment” (impedimento)	124
11.3 Maioria simples ou relativa	124
11.4 Maioria absoluta	124
11.5 Maioria qualificada	124
11.6 “Quorum”	124
11.7 Recesso parlamentar	124
11.8 Sessão legislativa	124
11.9 Votação simbólica	125
11.10 Voto de liderança	125
12. Tribunal de Contas	125
13. Processo legislativo	126
PARTE III – Poder Executivo	
1. Geral	127
2. Atribuições do Presidente da República	127
3. Ministros de Estado	128
4. Atribuições do Vice-Presidente da República	128
5. Eleições diretas e indiretas	128
6. Prática de crime pelo Presidente da República	129
6.1 Primeira hipótese. Crime de responsabilidade	129
6.2 Segunda hipótese. Crime comum relacionado com a função	130
6.3 Terceira hipótese. Crime comum não relacionado com a função	130
7. Impedimento e vacância da Presidência	131
8. Conselho da República	132
9. Conselho de Defesa Nacional	132
PARTE IV – Poder Judiciário	
1. Função típica. Breves noções	133
1.1 Princípios que informam a jurisdição	134
2. Funções atípicas	134
3. Os órgãos da função jurisdicional	135
3.1 Supremo Tribunal Federal	135
3.2 Conselho Nacional de Justiça	136
3.3 Superior Tribunal de Justiça	136

- 3.4 A Justiça Federal Comum 137
 - 3.4.1 Os Tribunais Regionais Federais e os juízes federais 138
 - 3.5 A Justiça do Trabalho 139
 - 3.5.1 O Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e as Varas do Trabalho 139
 - 3.6 A Justiça Eleitoral 140
 - 3.6.1 Tribunal Superior Eleitoral 140
 - 3.6.2 Tribunais Regionais Eleitorais 140
 - 3.6.3 Juízes eleitorais e Juntas Eleitorais 140
 - 3.7 A Justiça Militar 141
 - 3.7.1 Superior Tribunal Militar 142
 - 3.7.2 Os Conselhos de Justiça Militar 142
 - 3.8 A Justiça Estadual Comum 143
 - 3.9 A Justiça Militar Estadual 143
 - 3.10 Os Juizados Especiais e os juízes de paz 143
 - 3.11 Justiça itinerante 144
 - 4. Os princípios gerais da Magistratura 144
 - 5. As garantias da Magistratura 145
 - 6. As vedações da Magistratura 146
- PARTE V – Funções Essenciais à Justiça**
- 1. O Ministério Público 147
 - 1.1 Princípios institucionais do Ministério Público: unidade, indivisibilidade e independência funcional 147
 - 1.2 Autonomia funcional e administrativa 148
 - 1.3 Composição do Ministério Público 148
 - 1.4 Ministério Público da União 148
 - 1.5 Conselho Nacional do Ministério Público 149
 - 1.6 Os Ministérios Públicos Estaduais 149
 - 1.7 As garantias do Ministério Público .. 150
 - 1.8 As vedações do Ministério Público 150
 - 1.9 Funções do Ministério Público 150
 - 2. A Advocacia-Geral da União 151
 - 3. A Advocacia e a Defensoria Pública 152

XIV – DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

- 1. Estado de defesa e estado de sítio 153
 - 1.1 Como são impostos os estados de defesa e de sítio? 154
 - 1.2 Qual a duração? Pode haver prorrogação? 154
 - 1.3 Quais as ocorrências que podem fundamentar os estados de defesa e de sítio? 154
 - 1.4 Quais as medidas excepcionais que podem ser autorizadas? 155
 - 1.5 Qual a área atingida pelo estado de defesa e pelo estado de sítio? .. 155
- 2. Forças Armadas 156
- 3. Segurança pública 156
 - 3.1 A Polícia 157

XV – TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO

PARTE I – Tributação

- 1. Sistema Tributário Nacional 159

- 1.1 O imposto 160
- 1.2 A taxa 160
- 1.3 Contribuição de melhoria 160
- 1.4 Empréstimo compulsório 161
- 1.5 Contribuições parafiscais 161
 - 1.5.1 Contribuições sociais 161
 - 1.5.2 Contribuições de intervenção no domínio econômico 161
 - 1.5.3 Contribuições do interesse de categorias profissionais 162
- 2. Os princípios tributários, as limitações ao poder de tributar e as imunidades 162
 - 2.1 Imunidade 162
 - 2.2 Limitações ao poder de tributar 163
 - 2.3 Princípios constitucionais tributários 163
- 3. As receitas tributárias. Competências
 - 3.1 Impostos da União 165
 - 3.2 Impostos dos Estados 165
 - 3.3 Impostos dos Municípios 165
 - 3.4 Outros tributos 166
- 4. Repartição das receitas tributárias: a participação no bolo tributário 166

PARTE II – Finanças Públicas

- 1. As finanças públicas 167
- 2. O orçamento 167
- 3. As leis orçamentárias 167
- 4. Os sete princípios constitucionais do orçamento 168
- 5. O processo legislativo orçamentário 169
- 6. Rejeição da proposta orçamentária 169

XVI – ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

- 1. Os princípios gerais da atividade econômica 171
- 2. A política urbana 172
 - 2.1 Usucapião urbano constitucional 172
- 3. A política agrícola e fundiária: a reforma agrária 173
 - 3.1 A política agrícola 174
 - 3.2 Usucapião rural “pro labore” 174
- 4. Sistema Financeiro Nacional 174
 - 4.1 Os juros de 12% ao ano 174

BIBLIOGRAFIA 177

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO 181